INSTITUIÇÕES E O PLANO REAL

Paola Karine Vieira Fleszer (PROVIC/UEPG), Luiz Philippe dos Santos Ramos (Orientador), e-mail: pkv_fleszer@hotmail.com; luiz.sr@hotmail.com

Universidade Estadual de Ponta Grossa/ Departamento de Economia-Setor de Ciências Sociais Aplicadas.

6.03.04.01-4: Crescimento e desenvolvimento econômico
6.03.04.04-9: Inflação

Palavras-chave: Economia institucional, Plano Real, Velha economia institucional.

Resumo

Este projeto visa apresentar o debate sobre economia institucional e como as instituições criadas ajudaram na implementação do plano real para combater a inflação no Brasil, utilizando como referencial teórico o debate entre as escolas institucionalistas, a velha escola e a nova economia institucional.

Introdução

Ao longo da história econômica mundial foram registrados diversos planos e métodos de combate à hiperinflação, principalmente no caso de países subdesenvolvidos e o caso brasileiro não foi diferente. Dentre os diversos métodos de combate à inflação aplicada à economia brasileira o primeiro foi o Plano Cruzado em 1986 o qual buscou combater inflação persistente de 80% ao mês por meio da substituição da moeda cruzeiro pelo cruzado a fim de dar fim à memória inflacionária e implementou um congelamento de preços buscando trazer credibilidade para a economia.

Posteriormente foi criado o Plano Cruzado II o qual visava corrigir algumas falhas observadas no primeiro plano. Contudo as medidas adotadas foram impopulares e tiveram impacto negativo na população, por exemplo o congelamento de preços trouxe a redução da rentabilidade dos produtores e consequentemente também reduziu o abastecimento dos mercados, o qual a população sofreu um racionamento de alimentos. Após o Plano Cruzado, houve a criação dos planos Bresser e Verão, em 1987 e 1989 consequentemente, onde a principal característica foi manter o congelamento de preços, os quais que por consequência do resultado dessa fórmula, fracassaram.

A Presidência da República, em 1990, é assumida por Fernando Collor de Mello que durante seu mandato lançou dois planos econômicos o Collor I e Collor I, quando ocorre o impeachment de Fernando Collor de Mello, quem assume é seu vice Itamar Franco, em 1993, ano em que a inflação brasileira foi a mais alta de toda a história.

O último plano e o mesmo vigente até hoje, foi o Plano Real, que teve como alicerce três fundamentos, tais como o ajuste fiscal, a desindexação da economia e a política monetária restritiva, onde foi apresentado esse plano para a população em etapas, uma estratégia após ter mudança de tantos planos em, relativamente, um curto período de tempo.

Revisão de literatura

Teorias institucionais

De acordo com Fonseca (2003, p. 02) “[...] a antiga tradição entende por instituição algo semelhante à cultura, envolvendo crenças, valores, símbolos e padrões de comportamento.”.

A teoria institucional teve início no século 19, com a contribuição de Veblen, que segundo Conceição (2002, p. 100), [...] encobre uma grande variedade de coisas, que vão desde normas, leis, comportamentos até organizações, firmas e o próprio mercado. A "velha" tradição define instituição para se referir ao que os teóricos da evolução cultural chamam de "cultura", ou aos aspectos da cultura que afetam a ação humana e organizacional (CONCEIÇÃO, 2002, p. 100).

O pensamento de Veblen foi intitulado por outros pensadores como “institucionalismo evolucionário”, depois dele outros pensadores demonstraram interesse em se aprofundar nas discussões sobre esse tema, e aí surge a chamada Nova Economia Institucional na década de 1960.

Os principais nomes que fazem parte da NEI são Ronald Coase, Oliver Williamson, e Douglass North. Segundo CONCEIÇÃO (2002), os estudos desses autores se concentram basicamente nas transações das firmas e nos custos associados a elas; a tecnologia e como fator determinante das empresas; e as falhas apresentadas pelos mercados.

Plano Real

Temos o início de todo o processo da implementação do Plano Real, em maio de 1993 quando Itamar Franco nomeou Fernando Henrique Cardoso como Ministro da Fazenda. O Plano Real assim como todas as outras políticas, tinha fatores essenciais para que se efetivasse realmente, entre esses fatores estavam etapas como zerar o déficit público, desindexar a economia, reindexar a economia de acordo com a taxa de cambio, abrir a economia por meio da redução das tarifas de importação e aumentar as reservas internacionais.

Criado em 1994, o Plano Real só obteria sucesso se o governo controlasse as contas públicas. A Primeira fase do Plano consistiu em realizar um ajuste fiscal, com intuito de minimizar os gastos públicos e gerar superávit para pagar os juros e dividas que o país contraíra nos últimos anos. Para ajudar nessa fase, foi criada a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) que limitava os gastos do governo a sua arrecadação e também eram foram relacionadas várias medidas que deveriam ser respeitadas para atingir o foco de cumprir o ajuste fiscal, como aumento da receita tributária, redução dos gastos da união e maior controle dos bancos públicos.

A Desindexação da moeda foi a segunda parte do Plano, essa fase foi importante devido ao ciclo vicioso que se dava na economia por reajustar preços e salários de acordo com a inflação passada que era característica dos outros planos de estabilização que o Brasil já havia passado, isso é a chamada inércia inflacionária.

O chamado Tripé Macroeconômico foi criado em 1999 e é composto por três fundamentos da política econômica, o câmbio flutuante, as metas de inflação e a meta fiscal primária. Temos a taxa de câmbio brasileira como flutuante desde o começo da década de 90, que significa a livre flutuação de mercado.

Contudo existe uma política de câmbio que auxilia na condução das metas de inflação através das reservas cambiais administradas pelo Banco Central.

Conclusões

Para incorporar teoricamente a noção de crescimento econômico nos institucionalistas algumas considerações são decisivas. Em que pese o grande número de estudos recentes que explicitam os elementos centrais de uma análise institucionalista, pode-se, genericamente, agrupá-las em três approaches: o Antigo Institucionalismo Norte-Americano de Veblen, Commons e Mitchell; a Nova Economia Institucional de Coase, Williamson e North; e o Neo-Institucionalismo de Hodgson, Samuels e Rutherford (Samuels, 1995, Hodgson, 1993).

Há nessas três abordagens alguns pontos consensuais no que tange ao papel das instituições no referido processo, mas também grandes divergências, principalmente na comparação dos Antigos e Neo-institucionalistas com os economistas da NEI. Portanto com o plano real e as instituições criadas, deve se chegar ao resultado de como essas instituições impactaram o controle da inflação.

Agradecimentos

Agradeço a Universidade Estadual de Ponta Grossa pelo apoio e ao professor Luiz Philippe pelas orientações.

Referências

BUENO, Newton Paulo. Possíveis contribuições da nova economia institucional à pesquisa em história econômica brasileira: uma releitura das três obras clássicas sobre o período colonial. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 34, n. 4, p. 777-804, 2004.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de et al. **Regime de Metas de Inflação.** In: Economia Monetária e Financeira: teoria e política. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. p.139 a 153.

CONCEIÇÃO, Octavio. **A dimensão institucional do processo de crescimento econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social**. Economia e Sociedade, v. 17, n. 1, p. 85-108, 2016.

DE AZEVEDO, Paulo Furquim et al. Nova economia institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Instituto de Economia Agrícola**, 2000.

FAGUNDES, Jorge. Economia institucional: custos de transação e impactos sobre política de defesa da concorrência. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 2, p. 119-144, 1997.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930**. Revista de Economia Política, v.23, n.1(89), jan-mar/2003, p.133-48.

GUEDES, Sebastião NR. Observações sobre a economia institucional: há possibilidade de convergência entre o velho e o novo institucionalismo. **Encontro Nacional de Economia Política**, v. 5, 2000.

GUEDES, Sebastião NR. **Observações sobre a economia institucional:** há possibilidade de convergência entre o velho e o novo institucionalismo. Encontro Nacional de Economia Política, v. 5, 2000.

G1. **Planejado contra hiperinflação, plano Collor deu início à abertura comercial.** Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/09/planejado-contra-hiperinflacao-plano-collor-deu-inicio-abertura-comercial.html > Acesso em: 11 dez. 2017.

INFOESCOLA**. Plano real**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/economia/plano-real/> Acesso em: 11 dez. 2017.

KUSE, Livio Hagime. **Quinze anos de Planos de Estabilização Econômica: do Plano Cruzado ao Plano Real.** 2001, 69f. Artigo. Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 2001.

MINAYO, Marília Cecília de Souza. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2017.

PIRES, Marcos Cordeiro. **Economia Brasileira: da Colônia ao Governo Lula**. um ed. São Paulo: Saraiva, 2010.